

A Rio+20 representa uma oportunidade para a sociedade civil (des)organizada

Por Rubens Duarte (LABMUNDO-RJ)

Antes da chegada de muitos chefes de Estado, o Rio de Janeiro vivenciou uma semana bastante agitada de negociações e de eventos no âmbito da Rio +20. O evento da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o desenvolvimento sustentável, que começou dia 13 de junho e irá até o dia 22 do mesmo mês, é objeto de polêmicas, quanto a sua eficácia e aos seus benefícios. Por exemplo, é possível identificar cariocas que são favoráveis à reunião de cúpula, assim como os que reclamam dos transtornos causados pela mesma. Com isso, pode-se afirmar que a Rio +20 está caracterizada por ser extremamente heterogênea e com pouco grau de coordenação, mas representa uma oportunidade para que a sociedade civil se organize.

A Rio +20, a exemplo de uma tendência inaugurada em 1992, pretende abranger, em larga escala, a sociedade civil, na busca de um meio ambiente saudável. Para esse fim, o evento não se resume à reunião dos líderes mundiais; mas é composto por diversas iniciativas em paralelo, algumas abertas ao público. Em locais espalhados por toda a cidade, os cariocas podem participar do evento, por meio de palestras, de oficinas, de lançamento de livros, de apresentações culturais e de exposições. Essas iniciativas, apesar de constarem no calendário oficial do Rio +20, têm coordenação própria e independente, o que revela o objetivo dos organizadores de facilitar a participação da sociedade civil no evento.

O modelo descentralizado, que foi proposto para a Rio +20, acarreta uma menor convergência de opiniões entre os participantes. Além das divergências dos líderes mundiais quanto ao documento sobre o aquecimento global, a participação da sociedade refletiu a Rio +20 e também é caracterizada pela pluralidade de opiniões. Apesar da temática comum, o desenvolvimento sustentável, como cada evento tem coordenação própria, a interpretação do referido conceito é plural. Foram, e continuam sendo, realizadas palestras que defendem, entre outras causas, a igualdade social, o respeito aos direitos indígenas, a importância de energias limpas e a promoção dos direitos humanos. Cada ativista busca articular a própria causa com o conceito de desenvolvimento sustentável. Não há dúvidas de que esse fator, em um primeiro momento, afasta as discussões realizadas nos palcos da Rio + 20 da preocupação com o aquecimento global. Apesar dessa incoerência aparente, os argumentos apresentados são válidos e devem ser considerados, pois há o entendimento de que o desenvolvimento sustentável somente é possível por um meio inclusivo e que abranja todas as pessoas do globo.

A heterogeneidade é uma característica que não reflete, apenas, o modelo da Rio +20, mas também a sociedade carioca. O Rio de Janeiro é, naturalmente, um caldeirão de opiniões e de rebuliços sociais, característica que parece ter se acentuado nas últimas semanas, devido à realização da conferência na cidade. Na medida em que os holofotes estão voltados para a capital carioca, diversos movimentos sociais identificam um momento propício para realizar manifestações. Divididos em vários grupos, ativistas ambientais protestavam contra a construção da Usina Belo Monte, contra o novo Código Florestal, contra a redução do poder de fiscalização do Ibama, assim como em favor da maior participação das ONGs brasileiras no processo de tomada de decisão em temas ambientais.

Para reforçar a diversidade que caracteriza a participação da sociedade civil, ao longo da Rio +20, nem todas as demandas estão relacionadas aos temas discutidos no evento da ONU, ao contrário do que se possa inferir. As ruas do centro da cidade e da zona sul – região nobre da cidade – foram palco para uma pluralidade de atos: contra militares que participaram do regime militar de 1964; a favor da legalização do consumo da maconha; em prol da valorização dos direitos femininos; de grupos indígenas contra a demarcação de terras e a exploração de territórios; e etc.. Na

segunda-feira, dia 18, a sede do BNDES sofreu o ataque de índios, devidamente pintados e armados com arcos e flechas, que cobravam a dimensão social do banco.

A heterogeneidade não se resume nas opiniões, mas também pode ser verificada em outros âmbitos, como o grau de instrução das pessoas. O embasamento das perspectivas – seja em perguntas nas palestras, seja nas ruas – revela o abismo educacional existente no Brasil. Não são raras as intervenções bem articuladas e fundamentadas, mas também foi possível verificar o pedido de ativistas para que “os líderes mundiais, reunidos no Rio Centro, vetassem o Código Florestal”. Há, também, os cariocas que, por pura curiosidade, visitam os locais de evento, para buscar pistas sobre o que a Rio +20 se trata.

Não se pode afirmar que descentralização e a pluralidade, que caracterizam a manifestação da sociedade, são inerentemente prejudiciais ao evento. Pelo contrário, a Rio +20 pode ter criado uma centelha de um processo de organização da sociedade civil. Os citados eventos criaram uma arena de debate e de negociação que inclui diversos setores da sociedade. Esse fenômeno pode ser importante, para a conscientização das pessoas em geral, sobre a importância do desenvolvimento sustentável, assim como para facilitar a articulação política da sociedade civil. Seja como for, se bem aproveitada, a Rio +20 pode inaugurar um processo em que os brasileiros se tornem mais conscientes das questões ambientais e mais participativos no processo decisório.

Nesse sentido, a Rio +20 não é uma oportunidade apenas para a sociedade civil, mas também para o governo. Em um ambiente de intensa troca de informações, faz-se importante que o Brasil demonstre sua perspectiva sobre o tema. A população em geral ainda é informada quanto à posição brasileira em foros internacionais, por meios não oficiais. A diplomacia nacional tem a chance de se aproximar da população e de explicar qual é o entendimento do governo sobre o tema. Esse *accountability*, necessário em um país democrático, ainda é uma lacuna existente na formulação da política externa brasileira, que deve ser superado.

Não se pode dizer que a sociedade civil exerça grande influência na reunião de cúpula, apesar da retórica presente na Rio +20, quanto à participação popular. Nesse sentido, é possível argumentar que esse modelo participativo tem o propósito de

manter a sociedade civil longe da reunião principal, pois os locais de acesso livre – propositalmente ou não – distam 40 quilômetros, em média, de onde ocorre a reunião dos chefes de Estado. Independentemente disso, a Rio +20 representa uma oportunidade para o futuro, mais do que uma realidade, pois possibilita o fortalecimento e a conscientização da sociedade civil. Nesse processo de consolidação da democracia, cabe uma nota final, que lamenta o recesso escolar decretado na cidade, o que dificulta a participação do público infantil no evento. Afinal, o futuro que nós queremos deve preocupar-se com as novas gerações. ■